PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 165ª reunião, realizada em 16 de setembro de 2015

Em 16 de setembro de 2015, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz, subsecretário de Inovação e Logística do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Minas Gerais (Sisema); Juliana Pereira da Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Evandro Xavier Gomes, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC); Kléber Gesteira Matos, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Mila Magalhães Ribeiro, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Rodrigo Fabiano do Carmo Said, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop); Breno Longobuco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru); José Guilherme Ramos, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Antônio Martins de Souza, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Juliana Veríssimo Pacheco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e do Nordeste de Minas Gerais (Sedinor); Idzel Mafra Fagundes e Carlos Henrique Souza da Silva, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Marco Túlio Simões Coelho, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Cássio Antônio Ferreira Soares e Sarah Aurichio Lopes Cordeiro Ribeiro, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM) – representantes do poder público; Fabiano Blanc Xavier, da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas); Carlos Alberto Santos Oliveira e Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Adair Evangelista Marques, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Paula Meireles Aguiar, do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria; Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Leonardo de Bessas Matos, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Pegge Sayonara Mendes, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Ronaldo Vasconcellos Novais, da Organização Ponto Terra; Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Fernando Verassani Laureano, da

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Luiza Maria de Carvalho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Admilson Martins Diniz, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Tarcísio Walter Gotelipe Reis, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg) – representantes da sociedade civil. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA**. O presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz declarou aberta a 165ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS**. O conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais registrou convite aos presentes para participarem do ciclo de palestras sobre modernização da Resolução Conama 01/1986, destacando a municipalização do licenciamento ambiental, que será realizado pela Organização Ponto Terra no dia 24 de setembro, na Fumec, em Belo Horizonte. O conselheiro solicitou ainda que a SEMAD faça a indicação formal de seu representante no evento. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: "A Faemg lançou, recentemente, o programa Nosso Ambiente, com várias linhas de atuação, como capacitação, melhoria da representação do nosso pessoal, capacitação no campo, intervenção nas propriedades rurais para que se tornem mais sustentáveis... Só que nós precisamos do apoio da SEMAD para concretização de algumas dessas ações. Infelizmente, quanto ao braço de recuperação de nascentes do programa Nosso Ambiente, teve uma reunião na semana passada na Federação para se pensar o cancelamento desse braço do programa, por falta de segurança jurídica. Nós propusemos um texto para uma norma conjunta entre SEMAD e IGAM, e está na Casa desde março. Eu queria, de público, pedir o apoio desta Casa em relação aos objetivos da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pensando também na atual crise hídrica, pensando que este é o momento em que os produtores rurais estão indo com tudo, os sindicatos estão indo com tudo para fazer essas ações. Estão demandando essas ações, e, daqui a pouco, isso vai esfriar, e nós vamos perder a oportunidade. Então eu queria pedir que fosse avaliado onde está esse texto e que se evoluísse nisso, para que saia o mais rápido possível. Se não, infelizmente, esse braço do programa Nosso Ambiente será cancelado. O curso específico sobre desassoreamento de nascentes, em alguns lugares, as pessoas estão com medo de fazer por causa de intervenção em APP." O presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz informou que a solicitação da conselheira representante da Faemg será encaminhada à diretora geral do IGAM, Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, para que seja dada uma resposta. Moções aprovadas pelo Plenário do COPAM. O Plenário do COPAM aprovou, por unanimidade, moção ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Helvécio Miranda Magalhães Júnior, nos termos propostos pela conselheira Maria Dalce Ricas: "Os membros do Plenário do COPAM, reunidos na sessão realizada em 16 de setembro de 2015, convidam Vossa Senhoria a fazer reuniões extraordinárias para apresentação sobre os seguintes assuntos: 1) Distribuição dos recursos

oriundos da taxa de fiscalização minerária; 2) Pagamento de guardas-parque contratados pela empresa Cristal e Verso com recursos da compensação ambiental e não do Tesouro do Estado; 3) Posição do governo quanto à liminar concedida ao Ministério Público que determina a devolução dos recursos da compensação sequestrados pelo governo anterior; 4) Liberação dos R$ 103 milhões de recursos retidos pelo governo do Estado relativos à cobrança pelo uso da água e que deveriam ser encaminhados aos Comitês de Bacia; 5) Recursos do Bolsa Verde: situação dos pagamentos aos proprietários rurais contratados e liberação dos recursos." O Plenário do COPAM aprovou ainda, por unanimidade, solicitação à SEMAD nos termos propostos pela conselheira Maria Dalce Ricas: "Solicitação à SEMAD, dirigida à diretora geral do IEF, Adriana Araújo Ramos, para que sejam informados os critérios que estão sendo utilizados para a substituição de gerentes de unidades de conservação no Estado." O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento registrou manifestação a respeito do contingenciamento de recursos pelo Estado: "Eu acho que a indefinição é a pior situação. Esse passivo de R$ 103 milhões diz respeito ao governo passado, e já existe em relação a este governo também. A situação está indo para um limite que eu acho que, aos Comitês de Bacia, a única saída vai ser recomendar às pessoas, aos agricultores, aos produtores e às empresas que não paguem pelo uso da água, se o recurso não está sendo aplicado e utilizado para a finalidade. As questões que a Maria Dalce está trazendo na moção são vitais, a meu ver, para sustentar um mínimo de governança do Sistema de Meio Ambiente. Eu acho que é necessário, claramente, explicitar o que pode e o que não pode ser feito, uma manifestação clara do governo de como podem ser resolvidas essas questões." O conselheiro Tarcísio Walter Gotelipe Reis manifestou sobre a demora nos prazos para liberação de outorga para regularização da atividade de extração de areia e autorização para intervenção ambiental em área de preservação permanente. "No caso da minha área de atuação, de profissionais da área de mineração, estamos tendo muita dificuldade para regularizar os empreendimentos. Eu queria fazer coro ao nosso colega conselheiro e pedir uma manifestação de apoio do Conselho de Política Ambiental. Este é o fórum adequado para discutirmos." A conselheira Paula Meireles Aguiar endossou a manifestação do representante da Assemg e pediu agilidade da SEMAD em relação ao tema. Registrou ainda informação de que a Fiemg, junto com a ONG Ambiente Brasil, desenvolveu um programa de capacitação para os gestores municipais quanto à municipalização de licenciamentos ambientais. Informou que foi concluído o curso online e que foram realizadas reuniões presenciais com os municípios, inclusive com participação da SEMAD e do Ministério Público. Solicitou ainda que seja agilizada a regulamentação da lei. "Isso mostra que precisa muito de uma ação da SEMAD para a regulamentação da lei, e eu acho que essa regulamentação vai dar um norte. Estão sem saber para onde correr, inclusive, no caso de municípios que tinham convênio com o Estado, e o convênio venceu, não sabem o que fazer, não sabem se prorrogou ou não. As empresas, pela legislação, só podem fazer

licenciamento no município, mas o convênio está vencido. Então vamos tentar correr com isso e dar um posicionamento para os municípios, porque o meu receio é de que cada um vai fazer do jeito que quiser, e, depois, para corrigir, vai ser mais difícil. Se desse para dar atenção pelo menos àqueles casos em que o convênio venceu, pelo menos prorrogar por mais seis meses, até que se tenha uma decisão... Do jeito que está, estão vencendo as licenças, e as empresas estão perdendo as licenças, porque não podem entrar lá, pois o convênio está vencido, e não podem entrar aqui, porque, de acordo com a legislação, tem que ser lá, e os municípios não estão preparados." O presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz registrou esclarecimentos recebidos do IGAM relativos ao repasse de recursos de cobrança pelo uso da água: "Foram quitados o terceiro trimestre de 2014 e parte do quarto trimestre, e houve liberação e aprovação pela COF da totalidade dos recursos previstos para 2015, no valor de R$ 35 milhões." A conselheira Juliana Pereira da Cunha endossou o pedido da representante da Faemg quanto à necessidade de se dar "segurança jurídica ao produtor rural, principalmente por se tratar de uma intervenção positiva". **4) EXAME DA ATA DA 164ª REUNIÃO DO COPAM**. Aprovada por unanimidade a ata da 164ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 15 de julho de 2015, com os seguintes destaques: – No item 3, Comunicados dos Conselheiros e Assuntos Gerais, na manifestação da conselheira Célia Regina Alves Rennó, onde está escrito "Crea", lê-se "Abes"; – Na linha 360, o superintendente de Fiscalização Ambiental Integrada, Heitor Soares Moreira, registra a seguinte observação: "Está escrito que nós nos comprometemos a trazer dados criminais sobre a questão do desmatamento, mas o que foi acordado aqui foi levar em consideração os pontos abordados pelo conselheiro Miguel nas próximas ações." **5) INDICAÇÃO DE MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA RÁPIDA A EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS COM PRODUTOS PERIGOSOS – CE P2R2 Minas. Decreto Estadual 45.231/2009. Apresentação: Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada (Sucfis**). Wanderlene Ferreira Nacif, diretora de Prevenção e Emergência Ambiental, apresentou as ações desenvolvidas pela Comissão Estadual P2R2 Minas e prestou esclarecimentos solicitados pelos conselheiros. Em seguida, por meio de consenso entre os conselheiros presentes nesta sessão, foram indicados e aprovados por unanimidade pelo Plenário do COPAM os seguintes membros para compor a CE P2R2 Minas: Pegge Sayonara Mendes, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), como titular, e Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG), como suplente. O conselheiro João Carlos de Melo solicitou que fosse avaliada a possibilidade de inclusão da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg) como suplente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) na composição da Comissão Estadual. Wanderlene Ferreira Nacif: "Vocês terão que definir como será essa representação. Mas, em relação à comunicação, os e-

mails foram enviados para os representantes, desde o final do ano passado, e têm sido continuamente enviados." **6) EXPEDIÇÃO NADANDO COM THEO - PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Apresentação: Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada (Sucfis**). Luiza Marilac, da SEMAD, fez apresentação do projeto de educação ambiental Expedição Nadando com Theo, desenvolvido na bacia hidrográfica do rio das Velhas. Em seguida, prestou esclarecimentos solicitados pelos conselheiros. Foram registradas as considerações a seguir. O conselheiro Kléber Gesteira Matos propôs que o projeto fosse estendido também às escolas particulares. Luiza Marilac, SEMAD: "Nós tivemos que delimitar por causa do recurso. Nós tínhamos um valor que podia ser gasto. Se abríssemos, não daríamos conta, por causa da quantidade de kits que distribuímos em cada evento. Mas nós recebemos mesmo essa solicitação de escolas particulares com interesse. Eu também concordo com isso e vejo a importância, sim." O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento sugeriu que o foco do programa fosse ampliado para a gestão dos recursos hídricos na etapa que irá se iniciar, e não apenas na crise hídrica. "No nosso entendimento a crise não é derivada só de diminuição ou falta de chuva, mas é, essencialmente, uma crise de gestão." O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira destacou que durante todo o tempo em que é conselheiro do COPAM nunca teve notícia de algum trabalho como o que foi apresentado nesta sessão, e lembrou ainda que a lei que trata da educação ambiental irá completar 20 anos no ano que vem. "No Brasil, especialmente em Minas Gerais, desenvolveu-se muito mais o juízo do procedimento do comando e controle, deixando a educação ambiental, que é um vetor fantástico para proteção do meio ambiente, em segundo, terceiro e até quarto plano." **7) PLANEJAMENTO SISTEMÁTICO DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS DOS BIOMAS DE MINAS GERAIS. Apresentação: Diretoria de Pesquisa e Proteção à Biodiversidade (DPBIO/IEF)**. Equipe da DPBIO fez apresentação e prestou esclarecimentos ao Plenário sobre o Planejamento Sistemático da Conservação e Restauração da Biodiversidade e dos Serviços Ambientais dos Biomas de Minas Gerais. Os conselheiros registraram as seguintes considerações. O conselheiro Evandro Xavier Gomes propôs que seja feita a atualização também das listas da fauna e da flora, além do Mapa da Biodiversidade. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento se colocou à disposição para contribuir com informações, no caso de populações tradicionais, especialmente, e disse que espera que haja "sustentação institucional da proposta apresentada, para que o trabalho tenha continuidade". O conselheiro recomendou ainda que o planejamento apresentado seja levado também a todas as Unidades Regionais Colegiadas do COPAM e aos Comitês de Bacia do Estado, abrindo-se a discussão para participação e interlocução de todos. Ressaltou também a importância de se incluir a proposta nas discussões de orçamento da SEMAD. Por fim, o conselheiro considerou que em Minas Gerais "o cerrado precisa de uma atenção maior do que tem sido dada." Presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz: "Vamos incluir a solicitação do

conselheiro, para análise do IEF, para colocar o estudo para as URCs." O conselheiro Kléber Gesteira Matos sugeriu que seja contemplada a participação de pessoas de notório saber das comunidades tradicionais no planejamento apresentado. **8) INFORMES. 8.1) Cadastro Ambiental Rural (CAR) em Minas Gerais**. Leonardo Vieira de Faria, da SEMAD, fez apresentação sobre a implementação do CAR em Minas Gerais e colocou o Núcleo de Estudos, Projetos e Zoneamento Ambiental da SEMAD à disposição para outras informações e esclarecimento de eventuais dúvidas. A conselheira Juliana Pereira da Cunha informou que a Seapa participa do processo em parceria com a SEMAD e ressaltou que "é prioridade da Secretaria contribuir para a operacionalização do Cadastro Ambiental Rural". O conselheiro Tarcísio Walter Gotelipe Reis manifestou preocupação quanto ao questionamento do Ministério Público acerca da possível inconstitucionalidade dos Artigos 15 e 67 da lei, e questionou qual é a posição do órgão ambiental. Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: "Está previsto na legislação que, nas propriedades rurais menores do que quatro módulos fiscais, a reserva legal é aquela área de vegetação encontrada na propriedade. O Ministério Público entende que a lei não traduz a realidade dos fatos, então o MP estaria recomendando que quem estivesse fazendo o CAR tinha que seguir não a lei, mas as observações do MP. Mas nós temos uma legislação, um Código Florestal, que foi aprovado pelo Congresso Nacional, e uma série de leis inferiores, decretos, regulamentos. Então, nesse aspecto, eu acho que a forma como estamos fazendo o CAR está adequada. Se em uma eventualidade, o Supremo Tribunal Federal entender que o Ministério Público está certo nas suas considerações, então vamos modificar tudo e vai se tornar uma grande confusão." Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: "A Faemg tem atuado intensamente com relação ao CAR desde o advento da lei. E temos feito vários cursos, não só para o nosso público, mas também para técnicos da Emater. Pela nossa experiência no CAR, em atendimentos que temos feito, a demanda está grande. Foram feitos muitos cadastros, e Minas Gerais está bem avançado em número de cadastros. Mas a nossa grande preocupação é que temos muitos estabelecimentos, mais de 550 mil estabelecimentos rurais. A Faemg tem quase 400 sindicatos, e são 853 municípios. Então a complexidade de se fazer esse cadastro em Minas Gerais é realmente peculiar do nosso Estado. Temos um número muito grande, mas ainda faltam 60%. Então o nível dos cadastramentos precisa ser intensificado. Houve avanço muito grande com a mudança do sistema online, mas é importante que mais atores participem desse processo e seja feita maior mobilização para levar ao conhecimento dos produtores. Temos a preocupação de não conseguirmos, até maio do ano que vem, concluir os cadastros." O presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz comentou sobre a importância da parceria com todos os órgãos para a divulgação do CAR e destacou a participação do IEF com as Agências Avançadas de Meio Ambiente no interior do Estado para se atingir a meta dentro do prazo fixado. Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: "O resultado concreto do empenho do IEF no CAR é bem menos do que o desejado.

A lei trouxe claro que, para a agricultura familiar, portanto, para as propriedades até quatro módulos fiscais, fazer o CAR é responsabilidade do poder público, e isso não foi feito. Tem que ficar claro que os 16 milhões de hectares feitos até hoje, duzentas e poucas mil propriedades do universo de 550.000, esse resultado foi alcançado até agora graças ao esforço da pequena equipe do IEF, da Faemg e da Fetaemg. Nós, no caso da Fetaemg, capacitamos 600 pessoas, em parceria com a Faemg e o IEF. Quanto ao questionamento da legislação, se prevalecer o entendimento do Ministério Público, a casa desmoronou, porque, em 6 de maio de 2016, nem o produtor rural e nenhum agricultor familiar que não tiver o CAR não acessa crédito, não acessa pública. E nós até agora seguimos o que está escrito no Código Florestal." O conselheiro registrou ainda as seguintes sugestões para a SEMAD: "Eu acho que é preciso que a SEMAD coloque essa questão do CAR como uma de suas prioridades na prática. Um banco de dados com todas as propriedade rurais de Minas Gerais cadastradas ajudaria na leitura de um trabalho desse. Eu acho que era preciso fazer um esforço e aumentar um pouco a capacidade operacional da equipe do IEF e da SEMAD. Isso ajudaria muito, porque poderíamos ampliar as capacitações para os multiplicadores." O conselheiro Kléber Gesteira Matos defendeu que fossem utilizados outros serviços estaduais para divulgação e colocou a Secretaria de Estado de Educação à disposição para uma cooperação nesse sentido. O conselheiro sugeriu ainda o envolvimento da Polícia Militar de Minas Gerais, por meio de seus vários serviços, para auxiliar na divulgação do CAR, e citou também a possibilidade de utilização de rádios do interior nesse processo. Presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz: "Ficam anotadas as sugestões." **8.2) Loteamentos em torno dos Parques Estaduais: Brigadeiro, Rola Moça e Rio Doce**. Foram apresentadas pela Diretoria de Áreas Protegidas do IEF, em atendimento a solicitação da conselheira Maria Dalce Ricas, informações sobre a situação de loteamento no entorno dos parques estaduais do Brigadeiro, Rola Moça e Rio Doce, tendo sido destacados os embargos de empreendimentos irregulares e as ações de regularização. **8.3) Arrecadação da taxa de fiscalização da mineração**. O Plenário do COPAM aprovou, por unanimidade, a seguinte moção apresentada pela conselheira Maria Dalce Ricas: - Moção ao governador Fernando Pimentel e ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Helvécio Miranda Magalhães Júnior - "Os conselheiros do Conselho Estadual de Política Ambiental, reunidos na Plenária realizada no dia 16 de setembro de 2015, solicitam a Vossas Senhorias que seja alterada a distribuição dos recursos oriundos da taxa de fiscalização minerária criada pela Lei 19.976/2011, regulamentada pelo Decreto 45.936/2012, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia conferido ao Estado sobre as atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de determinados recursos minerários realizados no Estado. Considerando que a própria lei define que o poder de polícia conferido ao Estado será exercido pela SEMAD e suas entidades vinculadas, padece de lógica e justiça que essa fique com a menor parte dos recursos que são distribuídos." A Presidência acatou pedido da

conselheira Maria Dalce Ricas para encaminhamento de solicitação ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Luiz Sávio de Souza Cruz, nos seguintes termos: – “Senhor secretário, considerando que os recursos oriundos da taxa de fiscalização minerária destinam-se ao exercício do poder de polícia da SEMAD; que a sua distribuição vem sendo feita de forma injusta, ilógica e, possivelmente, ilegal por contrariar seus objetivos, solicitamos que seja apresentado aos conselheiros do COPAM relatório avaliativo da relação entre os recursos oriundos da mesma que estão sendo destinados à SEMAD para cumprimento da lei, e a efetividade da fiscalização, tendo como foco resultados concretos de que toda atividade minerária no Estado está sendo feita legalmente e de acordo com as normas legais de proteção do meio ambiente.” Acatado ainda pela Presidência pedido de encaminhamento de solicitação ao secretário Luiz Sávio de Souza Cruz, nos termos apresentados pela conselheira Maria Dalce Ricas: “Que a SEMAD faça uma apresentação dos dados relativos ao recolhimento e aplicação dos recursos relativos à taxa de reposição florestal, considerando, inclusive, os casos relativos a autorizações concedidas pelos municípios.” Após a aprovação das moções, foram apresentadas pela SEMAD informações sobre a arrecadação da taxa de fiscalização da mineração, com dados atualizados até agosto de 2015. O conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais solicitou que seja encaminhada cópia da apresentação para uma análise mais cautelosa, embora o documento tivesse sido disponibilizado no portal da SEMAD. O presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz determinou que a apresentação seja encaminhada a todos os conselheiros. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento solicitou que seja explicitado onde são aplicados os valores que ficam a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda. Presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz: “Nós temos que solicitar informação para a Seplag ou para a Fazenda.” **8.4) Resultado do Grupo de Trabalho sobre Terras Devolutas**. Mateus Garcia de Campos, gerente de Regularização Fundiária do IEF, fez apresentação sobre o trabalho de diagnóstico realizado pelo Grupo de Trabalho sobre terras devolutas. Ressaltou que foi proposta para as dez unidades de conservação uma comissão de avaliação discriminatória, “que é obrigatória para se proceder a arrecadação das áreas devolutas”. “Ficará a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, mas ainda não foi atribuída, legalmente, a atribuição de trabalhar com essas ações de avaliação discriminatória e arrecadação das terras devolutas”. Informou ainda que o relato poderá ser disponibilizado aos conselheiros. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento propôs que a SEMAD determine o agendamento de uma reunião com a participação da Fetaemg, Faemg, IEF, Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Ruralminas para aprofundar a discussão do tema. O presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz acatou a proposta do conselheiro e informou que a reunião será agendada. O conselheiro Evandro Xavier Gomes recomendou que seja estudada a possibilidade de delegação de competência ou de capacidade para o IEF atuar nas suas unidades de conservação. Conselheiro Antônio Martins de Souza: “Com

relação à ideia de delegação de competência, eu entendo que bastaria um convênio entre esses entes, e seria muito mais fácil elaborar esse plano de trabalho conjunto.” O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “As atribuições de competências foram concebidas por meio de lei na Assembleia. Tem que verificar a possibilidade de, por meio de convênio ou ato do governador, ser atribuído ao IEF determinado papel.” **9) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz